

# Poder e empoderamento na cultura digital

Andrea Lapa

FORTUNATI, Leopoldina. Media between power and empowerment; can we resolve this dilemma? *The Information Society*, v. 30, n. 3, p. 169-183, 2014. ISSN: 0197-2243 print, 1087-6537 online. DOI: 10.1080/01972243.2014.896676.

222

A questão da apropriação das tecnologias recaiu por muito tempo em um binarismo empobrecedor entre a apologia à técnica e a sua resistência. Problematizar as condições restritivas dadas pelos meios técnicos enquanto se reconhece o papel da comunicação contemporânea no desenvolvimento de novas formas de associação e solidariedade seria optar por uma abordagem crítica para superar essas visões ideológicas com vistas a uma apropriação criadora do ciberespaço. Compreender as conexões entre poder e cultura digital parece ser tarefa urgente.

A questão colocada agora seria se as relações em rede impulsionadas pelas novas mídias reconfiguram as relações de poder na sociedade contemporânea – precisamente a contribuição de Fortunati neste artigo. Leopoldina Fortunati é coordenadora do programa de doutorado em Comunicação Multimídia da Universidade de Udine, Itália, onde leciona Sociologia da Comunicação e da Cultura e realiza pesquisas no campo de estudos de gênero, processos culturais e tecnologias de comunicação e informação (TIC).

A autora organizou, juntamente com Vesna Dolnicar (Universidade de Ljubljana, Slovenia), um dossiê especial sobre empoderamento e novas mídias no reconhecido periódico *The Information Society*, com a seguinte pergunta de fundo: se, como e sob quais circunstâncias o engajamento com as mídias pode empoderar os indivíduos? Esse compêndio é resultado da conferência da Community Informatics Research Network (CIRN) – *Empowering Communities: Learning from Community Informatics Practice* –, que aconteceu em Prato, Itália, de 4 a 9 de novembro de 2009, na base europeia da australiana Monash University.

Em artigo individual, Fortunati versa sobre a relação da mídia com a clássica noção de poder e também com a noção contemporânea de empoderamento, tentando acomodar ambas em um mesmo constructo teórico. Há nesse trabalho um precioso estado da arte para tratar dessa lacuna teórica, esforço bem situado na questão de pesquisa sobre o papel das mídias<sup>1</sup> como ferramentas de poder, de empoderamento ou de ambos.

A partir da premissa de que a audiência dos atuais aparatos de comunicação tem por característica ser mais educada, experiente e crítica, além de pela primeira vez conectada em rede e com muitos outros graus de liberdade e ação (p. 169-170), a autora sustenta que essas tecnologias são ferramentas que tanto portam domínio quanto podem proporcionar às pessoas a possibilidade de crescer seu poder como cidadãos e sua autonomia, embora reconheça que ainda não está claro como esses dispositivos podem servir a esses dois propósitos opostos.

Na sequência, algumas características do poder dadas pela clássica abordagem das Ciências Sociais são problematizadas. A primeira é que o poder implica uma relação espacial (Foucault, 1994; Allen, 2003): aqueles no poder estão “acima”, enquanto os sem poder estão subordinados, “abaixo”, e ambos produzem efeitos uns nos outros (Simmel, [1908] 1989). A partir de McLean (1966), apresenta-se uma maneira mais recente de explicar essa dimensão na distinção entre “poder sobre” e “poder para”. O “poder sobre” refletiria uma atitude instrumental de um em relação ao outro para reafirmar a condição subordinada, seja ela quando o primeiro modifica o comportamento do segundo ou o aceita desde que não o perturbe. No caso do “poder para”, o uso do poder não se daria para reafirmar a condição de subordinação, mas para ajudar o outro a superá-la, portanto, seria a atitude benéfica mais aplicável ao conceito de empoderamento.

A segunda característica destacada seria que a noção de poder é relacional, já que se estrutura não apenas em espaço e contexto, mas também na esfera social. A partir de Zuboff (1988), explica-se que a base do poder está na distribuição diferenciada de recursos econômicos, sociais, políticos e culturais, que implicam chances também diferentes e desiguais. O poder é uma relação entre habilidades e estratégias sociais, o que significa que os grupos poderosos manipulam a agenda política e, dessa forma, previnem que alguns temas se tornem objeto do processo de decisão (Luke, 1974); assim, se denuncia ser esta a alma do poder, com a sua habilidade de persuasão, comunicação e manipulação (p. 171).

Segue daí a noção de disposição, um alerta começado em Marx (1964) sobre a liberdade de escolha assegurada pela propriedade do controle e dos meios de dispor dos bens. Essa noção foi complementada por outros recursos – como capacidade organizacional, controle da informação, ocupação de certas posições sociais, reputação, conhecimento especializado –, que indicam a existência de muitos níveis intermediários na hierarquia do poder, os quais independem da posse dos meios e dos recursos do poder, mas sim do acesso supervisionado a eles.

Dessa maneira consistente, estrutura-se a tese da potencialidade das novas mídias na reconfiguração do poder, com base na mudança de um “poder sobre” para

<sup>1</sup> Fortunati usa mídia (*media*) para indicar não apenas a mídia de massa (televisão, rádio, jornal), como também as TIC, já que convergem de diversas maneiras facilitadas pela hibridização da digitalização.

um “poder para” e na inclusão social (habilidades e estratégias) mediante a disposição dos meios. Assim, a contribuição do artigo transcende a apresentação de uma inovadora justificativa teórica para o papel relevante das mídias na cultura digital a fim de, mediante a superação, aqui também, do tratamento binário do tema, demonstrar a estreita relação entre poder e empoderamento.

Considerando a noção de contrapoder como a capacidade de os atores sociais resistirem e desafiar as relações institucionalizadas de poder (Castells, 2007), a autora tece um diálogo com autores como Chamberlin (1997), Kabeer (1999), Melkote e Steeves (2001), Zimmerman (1995) e Rappaport (1987) para definir empoderamento como:

um processo pelo qual os empoderados ganham destreza sobre seus assuntos pessoais, influência sobre os problemas políticos que os afetam, habilidade para articular suas próprias histórias, capacidade para acessar informação e recursos, confiança e autonomia para fazer escolhas livres e significativas e para traduzir suas escolhas em ações desejadas e resultados, capacidade de aumentar sua agência para moldar suas vidas e da comunidade em que vivem, entre outras coisas. (p. 174 – tradução própria).

O destaque merecido está na relevância concedida à fase pré-política na qual os destituídos de poder constroem suas habilidades para a ação política, uma alusão ao capital humano de Becker (1964) e ao capital cultural e social de Bourdieu (1980).

É nesse ponto que Fortunati apresenta uma contribuição singular, ao relacionar duas dimensões que julga indissociáveis no empoderamento: a pessoal e a coletiva. Com base na sua experiência como militante em movimentos ativistas da Itália nos anos 70, a autora criticou a experiência marxista que privilegiou o empoderamento coletivo em detrimento do pessoal pela necessidade de fortalecimento de uma identidade de classe trabalhadora. Segundo ela, a mudança social estava fadada ao fracasso pelo problema político criado ali: o de que os demais ativistas não progrediram na mesma medida que os líderes, permanecendo a mesma divisão subordinadores-subordinados no sistema social reestruturado.

Por isso, afirma que o empoderamento deve articular ambas dimensões: a pessoal, relacionada a como os destituídos de poder se valorizam e têm conhecimentos, capacidades e habilidades individuais; e a coletiva, relacionada a como as pessoas se agregam para atingir uma mudança social que seja favorável a elas, dentro de uma comunidade.

Com base nesse constructo teórico, a autora aproxima poder e empoderamento. Como o poder, o empoderamento também é uma relação espacial, contudo inclui a utopia de um espaço não hierárquico em que são consideradas possíveis relações iguais e horizontais. Assim, não só o espaço, mas o contexto também assume relevância, pois o processo de empoderamento pode surgir justamente nos limites do poder.

Igualmente ao poder, empoderamento é uma noção relacional e assimétrica, já que pressupõe uma pessoa no poder e outra sem ele. Porém, como um processo pessoal, empoderamento implica a superação das consequências geradas pela falta de poder, por exemplo, a falta de autoestima e autoconfiança, enquanto, como um processo social, envolve agência coletiva, dinâmica, movimento, ação política e social,

com vários atores envolvidos. Desse modo, o esforço sempre é direcionado para a redução da assimetria no poder.

Quanto ao papel das TIC no poder e no empoderamento, Fortunati defende que elas podem proporcionar “poder sobre” e “poder para”, porque desempenham múltiplos papéis de acordo com o momento e o contexto, a depender da variável independente que são os usuários e as relações particulares que eles serão capazes de desenvolver com as tecnologias. Nesse quesito, acredita que com a nova mídia (internet) o “poder sobre” enfraquece, tendo em vista a distância física e a sensação de controle adquirida pelos usuários. Ademais, com a mudança na produção de novos conteúdos, o poder não é apenas escolha, mas também criação e autoexpressão. Em relação ao “poder para”, as mídias representam uma oportunidade formidável ao empoderamento, pois os usuários se reúnem, se comunicam, se informam, aprendem, ensinam, criam, se expressam e reinventam as próprias mídias.

Se, por um lado, as mídias estruturam a informação, influenciam a imaginação, organizam a vida cotidiana, separam aqueles com e sem acesso e, assim, são o braço operacional das formas modernas de persuasão e manipulação do poder econômico, por outro lado, as mídias também são ferramentas de contrapoder e empoderamento, porque promovem em seus usuários um comportamento distributivo, autodeterminado e gerado, os quais passam de subordinados a proativos.

A disposição dos meios também mudou com o acesso às TIC. Apesar de a propriedade estar na mão de empresas como Apple, Google, Facebook e Microsoft, as novas mídias dão a capacidade de decisão às pessoas, sobre como, até onde e para quem usá-las. A noção de poder como negociação conduz a uma compreensão de que ele aumentou, pois os usuários estão conectados em rede e podem discutir, coordenar, organizar-se e criar mídias alternativas. Essa recém encontrada disposição sobre recursos úteis, defende-se, tem contribuído para o empoderamento.

Essa conclusão pode gerar certa polêmica por aparentar uma recaída *naive* da autora por subestimar os perigos de o poder encontrar novos meios de reafirmar a relação de subordinação que o mantém mediante as novas mídias, inclusive pela adesão voluntária do indivíduo nesse novo contexto em que pode haver, de fato, um simulacro de empoderamento. Contudo, tal crítica desmerece o tratamento dialético empenhado pela autora em todo o momento e em nada diminui seu vigor. Acima de tudo, não deve obscurecer sua significativa contribuição, que está na compreensão de que poder e empoderamento são duas faces da mesma moeda, em que a possibilidade de existência do empoderamento está justamente no limite da extensão do poder.

A potencialidade latente do empoderamento está posta e expressa nos mais recentes eventos ativistas nas redes sociais (para citar algumas: Primavera Árabe, *Occupy Wall Street*, Indignados 15M, Jornadas de Junho no Brasil, *Umbrella Revolution*), de modo que a busca de compreensão do papel da mídia nesses processos é de grande pertinência ao debate no campo. A construção teórica dessa possibilidade por Fortunati constitui-se, portanto, em sua inegável contribuição para o debate sobre a educação e o potencial dos movimentos colaborativos e abertos nas tecnologias digitais.

## Referências bibliográficas

---

- ALLEN, J. *Lost geographies of power*. Maiden, MA: Blackwell, 2003.
- BECKER, G. S. *Human capital*. New York, NY: Columbia University Press, 1964.
- BOURDIEU, P. Le capital social: notes provisoires. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 3, n. 31, p. 2-3, 1980.
- CHAMBERLIN, J. A working definition of empowerment. *Psychiatric Rehabilitation Journal*, v. 20, n. 4, p. 43-46, Spring, 1997. Disponível em: <<http://cpr.bu.edu/wp-content/uploads/2011/11/chamberlin1997.pdf>>.
- CASTELLS, M. Communication, power and counter-power in the Network Society. *International Journal of Communication*, v. 1, p. 238-266, 2007. Disponível em: <<http://ijoc.org/index.php/ijoc/article/viewFile/46/35>>.
- FORTUNATI, L. Understanding the role of mobile media in society: models and theories. In: HJORTH, L.; GOGGIN, G. (Ed.). *Companion mobile media*. New York, NY: Routledge, 2014.
- FOUCAULT, M. *Biopolítica e liberalism: detti e scritti su potere ed ética*, 1975-1984. Milano, Italia: Medusa, [1994] 2001.
- GALLINO, L. *Dizionario di Sociologia*. Milano, Italia: Tea, 1993.
- 226 KABEER, N. Resources, agency, achievements: reflections on the measurement of women's empowerment. *Development and change*, v. 30, n. 3, p. 435-464, July, 1999.
- LUKE, S. *Power: a radical view*. London: Macmillan, 1974.
- MARX, K. *Il capitale, libro primo*. Roma: Editori Riuniti, 1964.
- McLEAN, I. *Concise dictionary of Politics*. Oxford: Oxford University Press, 1966.
- MELKOTE, S. R.; STEVES, H. L. *Communication for development in the Third World: theory and practice for empowerment*. 2<sup>nd</sup> ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2001.
- RAPPAPORT, J. Terms of empowerment/exemplars of prevention: towards a theory for community psychology. *American Journal of Communication Psychology*, v. 15, n. 2, p. 121-48, 1987.
- SIMMEL, G. Il povero. In: \_\_\_\_\_. *Sociologia*. Milano, Italia: Edizioni di Comunità, [1908] 1989. Cap. 4.
- ZIMMERMAN, M. A. Psychology empowerment: issues and illustrations. *American Journal of Community Psychology*, v. 23, n. 5, p. 581-599, 1995.
- ZUBOFF, S. *In the age of the smart machine*. New York, NY: Basic Books, 1988.

---

Andrea Lapa, doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), credenciada no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) do Centro de Ciências da Educação. Atua na interface entre Educação e Comunicação e lidera o grupo de pesquisa Comunic. Coordena o núcleo UFSC no projeto em rede “Política, tecnologia e interação social na educação” (apoio Obeduc/Capes) e também a pesquisa “Educação e Tecnologia: investigando o potencial dos espaços sociais virtuais para a formação do sujeito e a produção coletiva de conhecimento” (apoio CNPq). É coordenadora adjunta do Núcleo UAB da UFSC.

andrea.lapa@ufsc.br

Recebido em 17 de agosto de 2015

Aprovado em 21 de agosto de 2015